

MUSEUS E CONHECIMENTO HISTÓRICO: AS CONFERÊNCIAS HISTÓRICO-CIENTÍFICAS DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS/RS (1926-1937)

NATÁLIA THIELKE¹

No contexto das exposições mundiais organizadas por diversos países entre os séculos XIX e XX, o estado brasileiro do Rio Grande do Sul organizou sua Primeira Exposição Agropecuária e Industrial no ano de 1901 com o intento de mostrar “as grandezas do estado”. Este evento, realizado em Porto Alegre, também ensejou a concretização do projeto que previa a criação de um Museu Estadual. Este intento, inicialmente acalentado por Júlio de Castilhos², encontrou na Exposição Industrial um momento favorável para a formação das coleções que viriam a compor o acervo do museu. A partir dos objetos expostos, em especial os exemplares minerais, trazidos tanto por particulares quanto pelas Intendências Municipais que expunham nos pavilhões da exposição, puderam ser incorporados ao acervo do Museu do Estado através da solicitação do então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros³.

Em mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado, Borges de Medeiros informa que o Museu público já possuía uma coleção de ovos de aves e pássaros do Estado, além de objetos indígenas, todos provenientes de doações. Não foi apenas dos objetos trazidos para a Exposição, entretanto, que o Museu serviu-se para formar suas coleções. Os próprios pavilhões montados nos campos da Redenção⁴ que abrigaram o evento funcionaram também como sede inicial da instituição, após a transferência dos objetos para aquele local⁵.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Patriarca do Partido Republicano Rio-Grandense, Júlio de Castilhos foi Presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre 15 de julho de 1891 e 24 de janeiro de 1898.

³ Advogado e político, Borges de Medeiros foi Presidente do estado do Rio Grande do Sul por duas vezes. Seu primeiro mandato ocorreu entre 25 de janeiro de 1898 e 24 de janeiro de 1908, e o segundo entre 25 de janeiro de 1913 e 24 de janeiro de 1928.

⁴ Atualmente chamado de Parque Farroupilha.

⁵ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, 1901, p. 34.

Criado pelo decreto n.º 589, de 30 de janeiro de 1903, o Museu do Estado funcionou inicialmente sob as diretrizes de seu primeiro regimento⁶, que previa que a instituição deveria,

§1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências;

§2º - Colecionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico;

§3º - Reunir todos os elementos que possam ser uteis ao estudo antropológico dos habitantes primitivos não só do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral;

§4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele;

§5º - Colecionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas;

§6º - Colecionar documentos históricos de qualquer gênero;

§7º - Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas.

A distribuição do acervo era orientada por uma divisão em quatro seções: 1. Zoologia e botânica; 2. Mineralogia, geologia e paleontologia; 3. Antropologia e etnologia e 4. Ciências, artes e documentos históricos. Criado nos moldes do positivismo comteano, o Museu do Estado teve como primeiro diretor Francisco Rodolfo Simch⁷ e sua identidade institucional, inicialmente, esteve vinculada à História Natural⁸. Sendo assim, inicialmente os maiores investimentos da administração do Museu eram direcionados à compra e a pedidos de doação de materiais de mineralogia e paleontologia. Nesse contexto, três eram os elementos que estavam na órbita de preocupação do diretor Simch e serão estabelecidos aqui não necessariamente numa ordem hierárquica: uma produção científica que propiciasse o conhecimento dos recursos naturais do Estado, o desenvolvimento econômico levado a efeito a partir desse conhecimento, e a instrução pública.

A produção científica se configurou como importante elemento a receber os investimentos materiais e cognitivos da administração do Museu. De acordo com os ideais positivistas propagados na época e que embasavam a organização das esferas sociais sul-riograndenses, a cientificidade era considerada o princípio basilar de convivência social. No Brasil, três foram os sentidos nos quais o positivismo construiu seus pressupostos: o intelectual, o político, e o religioso. Este último não desempenhou papel proeminente durante

⁶ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Desembargador Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé em 31 de julho de 1903. Rio Grande do Sul, 1903, p. 27.

⁷ Francisco Rodolfo Simch foi diretor do Museu Júlio de Castilhos entre os anos de 1903 e 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922, momento no qual o preparador Hugo Debiasi assume a direção da instituição em caráter interino.

⁸ Essa orientação perdurou até o ano de 1925, quando Alcides Maya assume a direção do Museu e realiza algumas mudanças regimentais e administrativas na instituição, que acabaram por gerar efeitos na política de aquisição de acervos.

a Primeira República, ao passo que o primeiro tratava de tentar solucionar as questões atinentes ao funcionamento social através de soluções “científicas”. Segundo Isaia, “muito próximo do político, o positivismo intelectual serviu de embasamento teórico para a prática política” (1998, p. 62). Nesse sentido, a sociedade era interpretada como um sistema orgânico dividido em partes especializadas de acordo com certas funções. O bom funcionamento das instituições sociais, tal como os seres vivos, estava sujeito às leis evolutivas que seriam postas em movimento através de um Estado forte apoiado numa administração pública centralizadora.

A forte influência do castilhismo na sociedade rio-grandense não implicou a ausência de outras formas de pensamento político e mesmo divergências entre os aqueles que defendiam as ideias de Comte. Assim mesmo, conforme sustenta Boeira (1980), o castilhismo foi capaz de mobilizar setores médios urbanos com sua política progressista que apregoava a organização científica da sociedade. Representando uma das partes que compõe o tecido social, coeso com o regime cultural da sociedade gaúcha e integrado a um movimento de criação de museus científicos internacionais, a trajetória inicial da formação do acervo do Museu do Estado obedeceu aos ditames de uma perspectiva naturalista, tendo em vista

a manifesta conveniência de reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul e todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico e bem assim os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos⁹.

Ajudando a transformar o país num “imenso laboratório” (SCHWARCZ, 1993, p. 93), o Museu do Estado configurou-se como um local comprometido com as ações ditas científicas de ordenar, classificar e hierarquizar as sociedades humanas, demonstrando visualmente a partir dos objetos expostos as sucessivas etapas evolutivas integrantes de um processo que conduziria ao estágio de civilização. Compreende-se, a partir disso, o esforço contínuo da diretoria do Museu em comprar e coletar através de expedições técnicas ao interior do Estado diferentes artefatos representativos das culturas indígenas, como fragmentos de cerâmica, bolas de boleadeira¹⁰, urnas funerárias. Além desses objetos, materiais de Ciências Naturais também eram coletados nessas saídas a campo, uma vez que

⁹ Decreto Estadual nº 589, de 30 de janeiro de 1903.

¹⁰ Artefato indígena utilizado para caçar, a boleadeira constitui-se por duas bolas de pedras arredondadas amarradas, cada uma, nas duas extremidades de uma corda. Há também boleadeiras feitas com três bolas, sendo que estas podem ter em sua superfície um acabamento alisado ou composto por pontas (mamilas). Estas são chamadas de chamadas boleadeiras mamilares.

não se poderia contar apenas com as doações para que as coleções de mineralogia, botânica e zoologia fossem aumentadas.

O esforço de ampliar as redes sociais de comunicação do Museu do Estado foi feito também no sentido de estabelecer vínculos com instituições congêneres nacionais, estaduais e até mesmo estrangeiras. No livro de ofícios expedidos pela diretoria do Museu, no ano de 1905 é possível encontrar um modelo de convite enviado por Rodolfo Simch às Intendências Municipais solicitando materiais que venham a contribuir para a ampliação da coleção do Museu. Frisando que “a mais humilde amostra em meu poder terá seu lugar”, Simch não esconde sua dedicação à coleção da II seção do Museu do Estado ao sustentar que “quanto a minerais, quaisquer exemplares servem, mesmo as pedras da calçada, as areias, o barro, ainda os mais feios nos são de um valor imenso” (Rio Grande do Sul, 1905, p. 119). Como única condição para que as doações fossem aceitas pela instituição, Simch determinou que todas elas deveriam vir acompanhadas de informações sobre a procedência dos objetos.

Imbuído desse ideal de divulgar as pesquisas do Museu e estabelecer canais de comunicação com outras instituições, Rodolfo Simch também insistia na importância de que uma revista fosse criada, a fim de veicular as pesquisas realizadas. Afirmava ele que “ficarão nossos trabalhos todos sepultados no silêncio do laboratório se não forem publicados” (Rio Grande do Sul, 1906, p. 178). Além de dar publicidade ao museu, a revista “lhe garantiria um estatuto científico, colocando-o em pé de igualdade com instituições congêneres” (POSSAMAI, 2009, p. 05).

Rodolfo Simch considerava que as Ciências Naturais “deixaram de ser um privilégio de meia dúzia de escolhidos, para serem acessíveis a todos” (Rio Grande do Sul, 1910, p. 27), ao passo em que do seu ponto de vista os museus de Ciências Históricas, além de dispendiosos, voltavam-se quase exclusivamente àqueles que se dedicavam aos “estudos sobre civilização” (Rio Grande do Sul, 1910, p. 26). Sustentava Simch que as Ciências Naturais tinham uma utilidade social relacionada ao estudo sobre os elementos naturais que poderiam ser úteis a economia do Estado, ao passo que as peças históricas não tinham valor para a pesquisa.

Além dos pressupostos científicos voltados tanto para o estudo dos recursos naturais que possibilitassem o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, a instrução pública constituiu-se também como elemento relevante na esfera do Museu do Estado. Através de uma pedagogia do objeto, a seu modo o Museu fazia-se escola a partir de uma lógica de

classificação e comparação dos objetos, que acabava por instaurar um papel de aprendiz a ser desempenhado pelos visitantes da instituição. Incorporando considerações de ordem econômica, política e científica, a partir de suas coleções o Museu do Estado também apresentou um viés educacional. Resta lembrar que o Museu do Estado inseria-se num movimento maior de museus internacionais de Ciências Naturais que, na transição para o século XX imbuíam-se desses pressupostos científicos e educacionais.

Pesquisa científica e ampliação do alcance da educação foram dimensões inseparáveis das funções atribuídas aos museus já em fins do século XIX e ao longo do século XX (LOPES, 2005). Com relação ao Museu do Estado, já nos primeiros relatórios produzidos pelo diretor e apresentados anualmente ao Secretário de Obras Públicas, Rodolfo Simch empenha-se em demonstrar a quantidade do público escolar que frequentava a instituição com finalidades pedagógicas.

No ano de 1907 após a morte de Júlio de Castilhos, o Museu do Estado passa a levar o seu nome, mudando inclusive de sede que passou a ser a casa onde Castilhos habitara com sua família, e que fora comprada pelo Estado com o objetivo de sediar o museu. Ao longo dos anos e com as sucessivas mudanças administrativas do Museu Júlio de Castilhos, o perfil desta instituição passou gradativamente por uma modificação. No ano de 1925 duas mudanças administrativas se fizeram sentir no museu. Francisco Rodolfo Simch, então diretor da instituição passou a dirigir o Arquivo Público do estado enquanto Alcides Maya assumiu a direção do Museu no momento em que se desliga do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras Públicas. A segunda mudança foi operada na estrutura interna do museu, redefinida em três departamentos divididos em seções: Administração – 1º Departamento; História Natural – 2º Departamento; e História Nacional – 3º Departamento. As seções do 2º Departamento eram as de “I. Biologia; II. Mineralogia, Geologia e Paleontologia e III. Antropologia, Etnologia e Arqueologia”, enquanto que as seções do 3º Departamento ficaram definidas como “I. Seção de Estudos e Redação; II. Seção de Exposição”.

Estas mudanças representaram a culminância de uma virada histórica que desde 1921 vinha sendo operada no Museu Júlio de Castilhos. A referência naturalista desta instituição foi paulatinamente cedendo espaço para a instauração de um viés histórico, operação esta que esteve vinculada a aproximação estabelecida entre o museu e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) a partir de 1921. Em 1925, a incorporação da seção histórica do Arquivo Público impulsionou e fez consolidar essa mudança. O contexto

cultural da época no Rio Grande do Sul era, então, a necessária produção de uma história oficial do estado. Neste sentido, as relações estabelecidas entre as três instituições propiciou que

a partir daí, os profissionais incumbidos de sistematizar as informações documentais passaram a circular pelos cargos de diretoria dos três órgãos, diversificando as linhas de atuação do museu, enquanto o compartilhamento do espaço físico dos funcionários, da biblioteca e dos arquivos criava uma situação de extrema funcionalidade para o exercício historiográfico (NEDEL, 2005, p. 100).

Em 1926 o Museu Júlio de Castilhos ganhou um novo regulamento, no qual são apontados os objetivos e as competências do Departamento de História Nacional. A finalidade deste estava circunscrita aos atos de “coleccionar, classificar, catalogar, guardar e expor todos os subsídios históricos, geográficos, artísticos, literários e outros do Brasil e do Rio Grande do Sul”. Quanto às competências do departamento de História Nacional, o regulamento estabelecia que a este competia

- I – Editar os trabalhos que, na sua especialidade, houver elaborado;
- II – Organizar a biblioteca histórica, geográfica e científica do Museu;
- III – Organizar coleções de mapoteca, de pinacoteca, de panóplia, de numismática e de filatelia;
- IV – Fornecer cópias e certidões de documentos, livros, ou quaisquer papeis a seu cargo, que houverem sido requeridas;
- V – Catalogar todos os documentos históricos, científicos, artísticos ou literários a seu cargo;
- VI – Extratar toda documentação existente no Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, organizando quadros ou livros especiais para registro dos extratos;
- VII – Registrar na carta modelar do Estado os dados que se forem adquirindo com caráter de certeza, principalmente os fornecidos pela Comissão Militar da Carta Geral da Republica;
- VIII – Levantar os mapas e diagramas dos respectivos trabalhos.

Balizado por essas diretrizes bem como pela aproximação com o IHGRGS o Museu Júlio de Castilhos reconfigurou o plano geral de classificação dos elementos do museu com a criação das seções de História Natural e História Nacional. Nessa esteira, reconfiguraram-se também os discursos do Museu e, por consequência os sentidos atribuídos às coleções do acervo. Nota-se, assim, um ponto de contato entre debate historiográfico e atribuição de sentidos aos artefatos culturais consubstancializado, sobretudo, nas “conferências histórico-científicas” que o Museu passou a organizar em 1926, cuja realização prosseguiu mesmo durante o período em que o Museu esteve fechado ao público, entre 1925 e 1937.

Em primeiro de fevereiro de 1926, o jornal “A Federação” noticiava o início da realização dessas conferências que visavam “tornar notório aos estudiosos o precioso manancial dos gloriosos fastos rio-grandenses arrancados d’entre a poeira dos depósitos de documentos, há até bem pouco tempo, esquecidos e sepultos em arquivos”. A realização desse ciclo de conferências estava previsto no regimento de 1926 do Museu Júlio de Castilhos, especificamente em seu artigo 65, alínea B, pelo qual ficava previsto que “o ensino ministrado no Museu e Arquivo Histórico será realizado: (...) b) em conferências públicas”. Segundo as notícias veiculadas na época, naquele ano seriam realizadas no Museu e Arquivo Histórico

duas séries de conferencias especiais, destacadas sobre vários temas que se prendem ao referido programa. Abrirá a primeira, com um ensaio sobre o Estudo da História, o major Souza Docca, e encerrá-la-á o dr. Eduardo Duarte, diretor do 3ª Departamento do Museu, falando acerca Da Opulência do Arquivo Histórico Rio-Grandense. Foram convidados para fazer as outras conferências serie os drs. Luiz Englert, Rodolpho Simch, Leão Kubattichiche e o rev. Padre Carlos Teschauer¹¹.

A primeira conferência foi realizada no dia 31 de março de 1926, foi proferida por Souza Docca¹² que desenvolveu a temática “O estudo da História” que, segundo o conferencista, era uma das razões de ser daquele instituto. A fala de Souza Docca centrou-se na análise do conceito de História e autores como Michelet, Benedetto Croce e Henri Berr foram invocados por Docca, que abordou em sua fala, aspectos atinentes à origem da História, à natureza do conhecimento histórico, ao caráter da História, as Escolas Históricas. Esses itens compunham a primeira parte da pauta de fala daquele historiador, e foi publicada no jornal “A Federação” no dia primeiro de fevereiro de 1926. Nesse mesmo jornal, porém na edição do dia 03 do mesmo mês e ano, a segunda parte da fala de Docca fora publicada. Nela é possível ler as considerações que o autor traçou a respeito de “como se estuda a História”, do “valor da História”, bem como sobre a probidade que, de acordo com Docca “é a maior virtude do historiador digno desse nome”.

Além de Souza Docca, personalidades como Aurélio Porto¹³, Mansueto Bernardi¹⁴ e Carlos Teschauer¹⁵ também proferiram suas conferências. Porto tratou dos “Livros Históricos

¹¹ Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 11.01.1926.

¹² Emílio Fernandes Souza Docca. Militar, escritor e historiador gaúcho. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

¹³ Político, escritor e historiador brasileiro. Trabalhou no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, no Arquivo Nacional e no Arquivo do Itamarati. Sua principal contribuição para a história do Rio Grande do Sul é a obra “História das Missões Orientais do Uruguai”.

do Rio Grande”, enquanto Bernardi defendeu sua ideia de ter sido Sepé Tiaraju¹⁶ o primeiro caudilho rio-grandense, e o padre Teschauer abordou temática sobre “O Ciclo das lendas do outro na bacia do Uruguai”¹⁷. Em 13 de novembro de 1926 diversas autoridades estaduais foram convidadas pela diretoria do Museu Júlio de Castilhos a participar da “5ª conferência da série organizada por este instituto”. Informa o diretor do Museu que “será orador o distinto escritor e historiógrafo patricio, dr. Fernando Luiz Osorio¹⁸, que discorrera sobre o seguinte tema: a concepção e o trato da sócio gênese rio-grandense”.

Nenhum documento sobre a realização dessas conferências no ano de 1927 foi localizado, embora notícias tenham sido veiculadas no ano de 1928 a respeito de um novo ciclo de exposições que estava sendo organizado naquele ano. O primeiro palestrante desse ciclo seria Alcides Maya dissertando sobre “O programa do Museu, no Departamento de Historia Natural”. Em seguida, Mario Totta¹⁹, Darcy Azambuja²⁰, Rudolf Gliesch²¹, Moysés Vellinho²² e monsenhor Nicolau Marx proferiram também suas falas. Em 1937, o escritor Augusto Meyer também fora convidado a participar da segunda série de conferências ocorrida naquele ano.

A implicação da realização desse ciclo de palestras foi a produção de um espaço no âmbito do qual distintos saberes sobre a história do Rio Grande do Sul foram produzidos. Espaço este que se constituiu como *locus* da relação poder-saber de onde discursos autorizados podiam ser enunciados. Foi desse lugar institucional que os intelectuais

¹⁴ Escritor, poeta e político. Naturalizado brasileiro morou em Veranópolis (RS). Realizou, em 1926, a primeira reunião dos *Contos gauchescos e lendas do sul*, de Simões Lopes Neto, já falecido. Em 1957 publicou a obra “O primeiro caudilho rio-grandense”, numa alusão a Sepé Tiaraju.

¹⁵ Padre jesuíta teuto-brasileiro foi um estudioso das tradições gaúchas e considerado uma das autoridades em matéria de história do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Líder guarani nascido em São Luiz Gonzaga (RS). Esteve a frente das milícias indígenas durante as Guerras Guaraníticas (1754-1756). É considerado um herói guarani missioneiro rio-grandense pela lei estadual nº 12.366/05.

¹⁷ Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 06.08.1926.

¹⁸ Jornalista, professor, escritor e diplomata gaúcho. Fez campanha contra os jesuítas e criou, na cidade de Santana do Livramento (RS) uma associação literária para conferências populares.

¹⁹ Médico, romancista e jornalista gaúcho. Teve uma participação importante na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre fazendo campanha pelo fim da roda dos expostos.

²⁰ Escritor, professor e jurista gaúcho. Foi professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos cursos de Direito, Ciências Sociais e Jornalismo e foi fundador do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

²¹ Autor do artigo “A importância dos museus de História Natural, especialmente de zoologia” publicado na Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em 1927.

²² Escritor, jornalista e político gaúcho. Foi redator do jornal *A Federação*, escreveu também para o jornal *O Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre. Historiador, escritor, ensaísta e crítico literário. Vinculado à vertente lusitana da historiografia riograndense (junto com Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa), dedicou-se a defender a origem e a evolução cultural luso-brasileira do Rio Grande do Sul.

vinculados ao Museu, ou seus convidados, constituíram-se como sujeitos com privilégio de fala. Os enunciados sobre a História do Rio Grande do Sul, construídos nos debates historiográficos suscitados pelas conferências geraram uma repercussão nas próprias práticas museográficas do Museu Júlio de Castilhos. Alguns objetos de seu acervo foram investidos de outros valores, como um conjunto de esculturas sacras missionárias, por exemplo, que passaram a compor o acervo desse museu em 1903 como artefatos artísticos.

Trata-se de cinco esculturas sacras produzidas em madeira policromada remanescentes das Reduções Jesuítico-Guaranis, instaladas no atual território do Rio Grande do Sul entre os séculos XVII e XVIII. Essas reduções foram empreendimentos da Ordem da Companhia de Jesus e da Coroa Espanhola e, nelas os nativos guaranis eram aldeados a fim de serem convertidos à fé católica e aos modos de vida ditos civilizados. A experiência missionária no que atualmente compõe o estado gaúcho dividiu-se em dois ciclos. Os bens arquitetônicos e os artefatos materiais, tais como as esculturas, que remanesceram na região missionária foram produzidos durante o segundo ciclo missionário (1682/1768) no espaço das oficinas de cada redução. Nestes espaços, os nativos aprendiam a esculpir, pintar e produzir diversos materiais em madeira. Com a derrocada da experiência jesuítica após a expulsão dos inicianos das possessões espanholas na América, a região missionária esteve sujeita a inúmeras invasões, saques e destruição.

Com o repovoamento do local, muitas esculturas encontradas foram reapropriadas por particulares, dentre eles o intendente do município de São Luiz e futuro senador, Salvador Aires Pinheiro Machado, que emprestou suas esculturas para a Exposição de 1901 e, posteriormente, as doou para o recém-criado Museu do Estado. Nesta instituição, foram expostas na “Seção de Ciências, Artes e Documentos Históricos” certamente com sentidos atribuídos que as vinculavam às artes, tendo em vista que naquela época o conceito de documento histórico dizia respeito aos documentos em papel, e não a artefatos materiais.

Na medida em que a criação de uma história oficial para o estado gaúcho ganhou a atenção dos pesquisadores ligados ao Arquivo Histórico, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e dos agentes que atuavam no Museu Júlio de Castilhos, aquelas mesmas esculturas passaram a ser entendidas como objetos históricos capazes de comprovar “o grau de evolução do estado”, conforme se dizia na época. Essa mudança dos sentidos atribuídos às imagens propiciou, inclusive, sua mostra pública na Exposição do Centenário

Farroupilha em 1935, evento no qual as esculturas aparecem como objetos do discurso histórico

Esta comemoração, promovida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Federação das Associações Rurais e do Centro da Indústria Fabril, e realizada com o concurso de instituições como o Museu Júlio de Castilhos, o IHGRGS e o Arquivo Público, objetivava comemorar o aniversário de cem anos da Revolução Farroupilha²³, e foi inaugurada em 20 de setembro de 1935 em Porto Alegre nos campos da Redenção, representando, sobretudo, um evento através do qual a capital rio-grandense pode se apresentar perante o Estado e o Brasil como uma cidade moderna cujo futuro apontava para a pujança. De acordo com o regulamento da Exposição, esta deveria ser “a síntese completa do progresso rio-grandense”.

Neste mesmo documento, em seu capítulo I artigo 1º, lê-se que

a Exposição do Centenário Farroupilha, promovida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o concurso da Federação das Associações Rurais e do Centro da Indústria Fabril, tem por fim demonstrar ao Rio Grande e ao país, o grau de progresso das suas indústrias, da sua agricultura, da sua criação, das suas artes e da sua ciência.

Com esse intuito, a Comissão Organizadora do evento designou os pavilhões que comporiam o todo da Exposição. Dentre eles, o Pavilhão Cultural, aberto ao público no dia 22 de setembro e sediado no Instituto de Educação Flores da Cunha, esteve sob a direção de Walter Spalding (Revista do Globo, 28/07/1935). Composto por cinco seções – 1. História, Geografia e Correlatos; 2. História Natural; 3. Instrução Pública e Particular; 4. Ciências, Letras e Artes e 5. Livro rio-grandense – o Pavilhão Cultural foi, de acordo com Giovanaz, o lugar “onde a perspectiva museológica da exposição se impôs mais claramente” (2013, p. 328).

A divulgação deste pavilhão foi feita por meio de panfleto impresso²⁴ cujo texto determinava que

o comissariado Geral da Exposição, com o fim de fazer uma demonstração prática de todas as possibilidades e realidades intelectuais do Rio Grande do Sul, resolveu a organização de um Pavilhão em que figurem os diversos

²³ Guerra civil liderada por estancieiros gaúchos descontentes com as políticas imperiais. Também conhecida como Guerra dos Farrapos; acontecida entre os anos de 1835 e 1845 no Rio Grande do Sul cujos objetivos vinculavam-se a uma separação da região sul do Brasil do restante do país e a instalação de um governo republicano. Resultou na declaração de independência da província do Rio Grande do Sul como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense, posteriormente dissolvida com o fim da guerra e derrota dos exércitos do sul.

²⁴ Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, setor de Propaganda. Porto Alegre, RS.

ramos dos conhecimentos humanos, como História, Ciências, Instrução, Imprensa, Desportos, etc.

Pautado por esse objeto, Walter Spalding convidara diversas instituições educacionais e culturais do Estado a exporem aqueles artefatos considerados representativos do “grau de progresso” do Rio Grande do Sul. Dentre as instituições convidadas, o Museu Júlio de Castilhos expôs objetos de seu acervo, incluindo as esculturas missioneiras.

Inicialmente sendo utilizadas como instrumentos de evangelização, depois como instrumentos de moralização, agora as esculturas eram tratadas como artefatos que abrigavam em suas formas plásticas as provas documentais do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A partir disso, tornam-se visíveis as relações estabelecidas entre um espaço, uma prática e um grupo social que envolvem a operação historiográfica e o processo de construção dos documentos que embasam o trabalho historiográfico (CERTEAU, 2011). Por meio de elementos visuais a História do Rio Grande do Sul ganhou outros contornos através da articulação desses três elementos. Uma prática de expor objetos selecionados operada por um grupo de intelectuais ligados às principais esferas culturais de produção historiográfica em um espaço destinado não somente à rememoração da “epopeia farroupilha”, mas, sobretudo, à demonstração daquilo em que o Rio Grande do Sul se tornara ao longo do tempo comprovado materialmente nos objetos expostos.

A constituição de um campo de saberes sobre a história do Rio Grande do Sul a partir das conferências histórico-científicas marcou, pois, os próprios sentidos atribuídos ao acervo do Museu Júlio de Castilhos e processou-se em meio a lutas estabelecidas entre aqueles sujeitos que participaram em seu tempo da apropriação social dos discursos, conforme é possível observar a partir dessas tensões que envolveram um conjunto de elementos e sujeitos envolvidos na criação e circulação de discursos e saberes sobre o passado. Aqui, por discurso entende-se não apenas um conjunto de elementos significantes que remetem a representações, ou “um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras”, mas como práticas que forjam os objetos de que falam (FOUCAULT, 2010, p. 54).

Compreende-se também que a produção discursiva é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída de acordo com certo número de procedimentos internos e externos de controle e exclusão cuja função primordial é “conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2012, p. 08). O comentário, o autor e as disciplinas são três elementos que constituem o grupo dos procedimentos internos de controle e delimitação dos discursos. Já no

grupo das interdições, atuam três tipos de procedimentos externos, caracterizadas como o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado de quem fala. Esses procedimentos internos e externos de controle, exclusão e interdição dos discursos sustentam os princípios de rarefação que agem sobre eles, impondo determinadas coerções, tais como aquelas que limitam seus poderes, que dominam suas aparições aleatórias e que selecionam os sujeitos que falam. A partir disso, estabelece-se a impossibilidade de qualquer um poder falar qualquer coisa em qualquer circunstância.

A partir desses processos internos e externos de controle da produção e circulação dos discursos, estabelece-se o que Foucault designou como regimes de verdade. Trata-se do modo como, a partir de procedimentos de troca, de mudança, de produção, de incitação, enfim, as verdades são constituídas como tal pelos múltiplos elementos sociais que as difundem, tais como as universidades, os hospitais, e mesmo os museus. As formulações epistemológicas feitas por Foucault, a partir de sua genealogia, conduzem ao entendimento de que não apenas a verdade é produto deste mundo, resultado de múltiplas coerções e produtora de “efeitos regulamentados de poder”, como também que são as relações de poder que determinam o conhecimento, ou saber. Pensar assim implica, pois, a tentativa de compreender o mecanismo do poder-saber.

Não existe em Foucault uma teoria sobre o saber, mas o entendimento de que ele é construído historicamente a partir de mecanismos de poder que produzem determinados saberes. Neste sentido, tanto quanto a verdade, o conhecimento tem um tempo e um lugar que lhe são próprios. O que Foucault oferece é uma interpretação do saber como construção histórica, que produz ele mesmo suas verdades. Estas, por seu turno se instauram e se revelam nas práticas discursivas e não discursivas. Trata-se do poder de nomear, de designar, de dizer o que as coisas são e como se tornaram o que são, posto em movimento seja através da produção historiográfica, ou de exposições museológicas (FOUCAULT, 2010).

A constituição de um campo de saber implica a instauração de relações de poder, tomado no sentido proposto por Foucault, como algo que não emana de um centro, mas que se constitui e ao mesmo tempo se exerce capilarmente nas relações de forças sociais. Esse entendimento aponta para a compreensão de que o poder é tomado no sentido de dirigir as condutas, vontades, comportamentos, ou seja, o efeito desse micro poder é a produção de ideias, sentidos, inteligibilidades. Arelada ao poder e ao saber está, portanto, a produção. Sendo solidários, os três elementos põem em evidência o fato de que o conhecimento não é

uma faculdade humana, natural, biológica, mas um acontecimento articulado ao poder que produz regimes de verdade postos em movimentos pelos mecanismos de controle dos discursos (VEIGA-NETO, 2011).

Deste modo, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são alguns dos tantos efeitos das implicações fundamentais do poder-saber. Outros efeitos situam-se no campo de intersecção entre memória coletiva e representações uma vez que ao atuar sobre aquela, determinando o que deve ser lembrado e esquecido, o poder-saber age também sobre estas. Neste aspecto, o caso das esculturas missioneiras aqui exposto, sinaliza para um processo de ordenamento dos vestígios do passado que se relaciona ao poder-saber que educa olhares, e a um controle dos discursos que legitima os sujeitos de fala implicando num ordenamento da memória coletiva. Esta se aporta em elementos que podem ser caracterizados como os acontecimentos – vividos direta ou indiretamente -; os personagens que viveram num mesmo espaço-tempo, e os lugares de memória (NORA, 1993). A partir deste último conceito, nota-se que as esculturas missioneiras, ao plasmar uma memória visual do Rio Grande do Sul, ofereceram elementos de fixação e manutenção desta, funcionando como lugares de memórias²⁵ e produtos de um campo de saberes engendrado a partir da relação poder-saber.

Em função de um trabalho de enquadramento da memória efetivado por meio da ordenação dos vestígios do passado, pode-se considerar que no Museu Júlio de Castilhos duas práticas sociais estiveram articuladas a esse trabalho, tornando visível o mecanismo de construção do conhecimento histórico a partir dos processos internos e externos de controle da produção e da circulação dos discursos. A primeira refere-se a uma prática historiográfica preocupada com o registro da história oficial do Rio Grande do Sul, da qual fizeram parte as conferências histórico-científicas e a segunda concerne a uma prática museográfica que, articulada à prática historiográfica, jogou com a atribuição de sentidos ao acervo. A partir disso, a produção de uma história do Rio Grande do Sul foi feita também a partir de artefatos museológicos – tais como as esculturas missioneiras – utilizados como “provas” daquilo que se dizia pelos agentes investidos do poder de fala.

²⁵Segundo Pierre Nora, os lugares de memória ganham efeito a partir de três planos que agem simultaneamente: o material, o funcional e o simbólico. Como sustenta o autor “o que os constitui é um jogo de memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. [...] Lugares portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual” (1993, p. 22).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPEL*. Pelotas [31]: 55-69, julho/dezembro, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NEDEL, Letícia Borges. *Da coleção impossível ao espólio indesejado*: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 38, julho-dezembro de 2006, p. 11-31.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n° 23, jan/jun de 2005 p. 87-112.

NORA, Pierre. Entre História e Memória. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais*: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Lições de Coisas no museu*: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Infância, juventude e relações de gênero na História da Educação. São Luís: UFMA, 2010. p. 1-15.

POSSAMAI, Zita Rosane; BENETTI, Daiane. Um museu de ciências se aproxima da escola: relações entre o Museu do Estado e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: 15° Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, 2009, Caxias do Sul. *História da Educação - Anais do 15° Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*. São Leopoldo: Casa Leiria/ASPHE, 2009. p. 1-16.

QUEVEDO, Júlio. *Rio Grande do Sul*: aspectos das Missões. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia Sul-rio-grandense: o lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre, 1997. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1997.

VEIGA-NETTO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3 ed., 2011.